# AS AFRICANIDADES E A IMPORTÂNCIA DE INTRODUZIR A CULTURA AFRICANA DESDE A TENRA IDADE

**LETÍCIA GRILANDA BRITO**

RESUMO

Esse artigo pretende abordar informações a respeito da importância de introduzir conhecimentos sobre a cultura africana desde a tenra idade. Na antiguidade, os gregos teriam chamado o continente africano de Líbia e os romanos a chamaram de

África, talvez do latim aprica (“ensolarado”) ou do grego aphrike (“sem frio”). O nome África, no entanto, foi aplicado principalmente à costa norte do continente, que era, na verdade, considerada uma extensão meridional da Europa. Os romanos, que por um tempo governaram a costa norte da África, também teriam chamado a área ao sul de seus assentamentos de Afriga, ou Terra dos Afrigs – o nome de uma comunidade berbere ao sul de Cartago. Para se conhecer um pouco mais da história da África faz-se necessário também buscar informações a respeito das relações étnico raciais e à cultura africanas, temas que serão abordados no decorrer desse artigo.

Palavras-chave: Conhecimentos; Cultura Africana; Relações Étnico Raciais.

## INTRODUÇÃO

As disparidades étnicas e raciais generalizadas na educação seguem um padrão no qual os grupos afro-americanos, indianos, latino-americanos e do sudeste asiático apresentam desempenho academicamente inferior aos caucasianos e outros asiáticos-americanos. Essas disparidades educacionais:

- Espelham disparidades étnicas e raciais no status socioeconômico, bem como nos resultados de saúde e na assistência à saúde;
- São evidentes no início da infância e persistem pela educação básica; e
- São refletidas nas pontuações dos testes que avaliam o desempenho acadêmico, como leitura e matemática; porcentagens daqueles que repetem uma ou mais notas; taxas de evasão e graduação; proporções de estudantes envolvidos em programas dotados e talentosos; matrícula no ensino superior; bem como em marcadores comportamentais de ajuste, incluindo taxas de disciplina, suspensão e expulsão das escolas.

A ciência psicológica oferece uma compreensão das disparidades educacionais e estratégias para corrigi-las. Os psicólogos do desenvolvimento identificaram como as diferenças na educação infantil e na assistência à criança estão associadas ao desempenho acadêmico e à prontidão escolar de crianças de minorias étnicas e raciais antes de ingressarem nas escolas de ensino fundamental e médio.

Discriminação tem o sentido de separar, distinguir, estabelecer diferenças, segregar. Traduz-se em ações negativas concretas, em práticas individuais e institucionais que violam os diretos sociais e humanos e a igualdade de tratamento, com base em critérios pré - estabelecidos, de forma singela ou não. (GONÇALVES, 2007, p.35).

A organização das escolas e o modo como os alunos se envolvem em seu aprendizado são de importância crítica para o desempenho educacional dos estudantes em grupos étnicos e raciais. As disparidades educacionais são evidentes em marcadores de baixo desempenho acadêmico e taxas de graduação, bem como a sub-representação de alunos de cor em programas educacionais dotados e talentosos, e a teoria psicológica fala sobre como cultivar talentos acadêmicos em toda a gama de alunos nas escolas.

## A ESCOLARIDADE E AS RELAÇÕES SOCIAIS

A escolaridade é uma das formas fundamentais pelas quais as sociedades garantem sua sobrevivência, produzindo e reproduzindo as relações sociais que compõem a sociedade. As escolas não operam isoladamente da sociedade, mas fornecem uma arena para abordar questões com importantes ramificações na sociedade. A conscientização nacional das questões é evidente na mídia e nas escolas, onde professores e alunos são diariamente desafiados a encontrar novas maneiras de se comunicar e aprender juntos.

Algumas de nossas atitudes em relação à diversidade cultural surgem do medo e do preconceito, da falta de contato com pessoas de diferentes origens e da necessidade de uma maior compreensão sobre quem somos e o que nossa sociedade pode ser. Essas atitudes moldam o grau em que as escolas podem proporcionar um ambiente de aprendizado acolhedor, solidário e eficaz para to-

dos os alunos. Como a diversidade cultural e o fato inevitável do racismo afetam diretamente a experiência emocional, social e acadêmica da criança, essa é uma área que as escolas têm uma responsabilidade especial de abordar.

A mestiçagem é a maior prova dessa história de pura sedução, da sedução suscitada pela diferença, que ameaça e atrai, mas acaba sendo incorporada como convívio tenso e sedutor, em todos os momentos da nossa vida. Tudo isso é memória. Tudo isso faz parte da nossa história. Uma história escamoteada que já não poderá mais ficar esquecida pela história oficial. (ARAUJO. 2007, p.5)

O tópico das relações raciais é difícil, emocional e politicamente volátil. Não há fórmulas simples: ela desafia os privilégios, todos nós estamos envolvidos, e as misturas culturais das comunidades, os pontos fortes e a experiência dos indivíduos variam.

As distinções entre os conceitos de raça, cultura e etnia podem não ser claras e é difícil traçar limites entre domínio cultural e racismo. Nossas experiências e responsabilidades individuais e os aspectos mais amplos de uma estrutura social que herdamos são difíceis de entender e sentir-se à vontade.

Ao examinarmos as sete premissas culturais e raciais que compõem nossas próprias maneiras de ver e agir no mundo, descobrimos rapidamente nossos próprios preconceitos e as limitações de nosso conhecimento. Enfrentamos desafios à autoridade, e aos nossos níveis de compromisso com os princípios básicos da justiça. Isso é verdade tanto para quem escreve relatórios quanto para quem ensina os alunos. Segundo FARIAS (2012, p. 32) “cultura é o conjunto de manifestações artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais de um povo ou civilização”.

Portanto, fazem parte da cultura de um povo as seguintes atividades e manifestações: música, teatro, rituais religiosos, língua falada e escrita, mitos, hábitos alimentares, danças, arquitetura, invenções, pensamentos, formas de organização social, etc.

O Brasil, por apresentar uma grande dimensão territorial, possui uma vasta diversidade cultural. Os colonizadores europeus, a população indígena e os escravos africanos foram os primeiros responsáveis pela disseminação cultural no Brasil. Em seguida, os imigrantes italianos, japoneses, alemães, árabes, entre outros, contribuíram para a diversidade cultural do Brasil. Aspectos como a culinária, danças, religião são elementos que integram a cultura de um povo.

De acordo com a Lei 10639/03: Art. 26-A.

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura AfroBrasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. (BRASIL, 2003).

Geralmente as pessoas costumam associar cultura exclusivamente a grau de estudos, mas, no entanto, ela abrange muito mais que isso. Cultura é tudo aquilo que dá sentido ao mundo que cerca um determinado indivíduo ou grupo de indivíduos, assim, fazem parte da cultura de um povo, elementos como, a religiosidade, a definição dos valores morais, idioma que falam o grupo étnico a que pertencem à história da sociedade na qual está inserido o indivíduo etc.

## A EDUCAÇÃO, O MULTICULTURALISMO E AS GÍRIAS

Vários são os problemas que enfrentamos no cotidiano escolar: a qualidade da educação, as questões de currículo, os projetos-pedagógicos, as relações professor aluno e escola com a comunidade, a indisciplina, a violência dentro da escola, entre outros.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítico é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. “A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu” ou do “tu”, que me faz assumir a radicalidade do meu eu”. (PAULO FREIRE, 1996 p. 46).

Portanto, percebe-se que os educadores precisam assumir-se como seres sociais, aos quais estejam abertos a escutar seus alunos e atuarem como mediadores no processo ensino aprendizagem, respeitando as diferenças culturais.

De acordo com GIMENO SACRISTÁN,

conforme citam MOREIRA e CANDAU

(2010, p.14):

A diversidade na educação é ambivalência, porque é desafio a satisfazer, realidade com a qual devemos contar e problema para o qual há respostas contrapostas. É uma chamada a respeitar a condição da realidade humana e da cultura, forma parte de um programa defendido pela perspectiva democrática, é uma pretensão das políticas de inclusão social e se opõe ao domínio das totalidades únicas do pensamento moderno.

Uma das aspirações básicas do programa pro diversidade nasce da rebelião ou da resistência às tendências homogeneizadoras provocadas pelas instituições modernas regidas pela pulsão de estender um projeto com fins de universalidade que, ao mesmo tempo, tende a provocar a submissão do que é diverso e contínuo, normalizando-o" e distribuindo-o em categorias próprias de algum tipo de classificação.

Ordem e caos, unidade e diferença, inclusão e exclusão em educação são condições contraditórias da orientação moderna. À modernidade abordou a diversidade de duas formas básicas: assimilando tudo que é diferente a padrões unitários ou "segregando-o" em categorias fora da "normalidade" dominante. Podese perceber a grande preocupação em equilibrar a diversidade dos alunos com o cumprimento do currículo, sendo assim, é necessário que se estabeleçam práticas educativas que ao mesmo tempo em que atenda as diversidades, possibilite uma integração cultural com os conteúdos do currículo.

Para PEREZ GÓMES, apud MOREIRA e CANDAU (2010, p.15-16):

Alunos e alunas aprendem em sua vida escolar é este vivo, fluido e complexo cruzamento de culturas que se produz na escola, entre as propostas da cultura crítica, alojada nas disciplinas científicas, artísticas e filosóficas; as determinações da cultura acadêmica, refletidas nas definições que constituem o currículo; os influxos da cultura social constituída pelos valores hegemônicos do cenário social; as pressões do cotidiano da cultura institucional presente nos papéis, nas normas, nas rotinas e nos ritos próprios da escola como instituição especifica; e as características da cultura experiencial adquirida individualmente pelo aluno através da experiência nos intercâmbios espontâneos com seu meio.

Portanto, o multiculturalismo está presente no cotidiano da nossa sociedade e os educadores não devem continuar a negar as diferenças culturais, pois tal negação seria afastar a criança e o jovem de seu mundo simbólico, do que conhece e faz sentido para ele. Em alguns países, como Espanha e França as gírias são conhecidas como linguajar característico de ladrões, assassinos, dentre outros.

De acordo com Burke e Porter (1997, p.23):

A linguagem dos mendigos, ladrões e outros não é só diferente, é particular, um meio de comunicação que o público, incluindo as possíveis vítimas e a polícia, poderiam ouvir por acaso mas seriam incapazes de decodificar. (grifo meu).

Vale ressaltar que para os autores as gírias têm as mesmas características que o Jargão, os quais fazem parte do multiculturalismo. O multiculturalismo nasce por meio das várias lutas dos grupos sociais que ao longo da história do nosso país, sofreram discriminação e exclusão. A própria incorporação da pluralidade cultural nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 122), se deu por meio de muita pressão dos movimentos sociais:

É sabido que, apresentando heterogeneidade notável em sua composição populacional, o Brasil desconhece a si mesmo. Na relação do país consigo mesmo é comum prevalecerem vários estereótipos, tanto regionais quanto em relação a grupos étnicos, sociais e culturais. Historicamente, registra-se dificuldade parasse lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica. O país evitou o tema por muito tempo, sendo marcado por

"mitos" que veicularam uma imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças, ou, em outra hipótese, promotor de uma suposta "democracia social". Uma dificuldade que ainda encontramos, é na definição de multiculturalismo, então, iremos distinguir duas abordagens fundamentais: a primeira é a descritiva e a outra propositiva.

Na descritiva, acredita-se que o multiculturalismo é a descrição e compreensão de cada contexto histórico, politico e sociocultural. Já a propositiva entende multiculturalismo não apenas como forma de compreensão da realidade de cada contexto, mas também, como atuação e transformação de modo a estabelecer relações culturais em uma sociedade, para que haja radicalização democrática e estratégias pedagógicas.

Gonçalves (1999, p. 101-102) denota que:

[...] para se lidar com o heterogêneo na escola cabe primeiro reconhece-lo como produto de uma construção histórica. Nesse sentido, ele não pode ser entendido como fruto de um arbitrário social ou de escolhas pessoais. O heterogêneo consagra formas de convivência, interações sociais, valores, saberes, costumes, que são coerentes com práticas e significados construídos historicamente em diferentes campos de luta política e no interior de organizações sociais de relacionamento assimétricos entre suas partes. Uma comunicação intercultural que não tem, pois, como ser harmônica.

De forma moduladora como acontecia o processo de escolarização, não permitia ao aluno uma reflexão, e nem levando em conta suas experiências vivenciadas no cotidiano, levando-o ao formalismo estereotipado da cultura escolar. Reconhecer os vários recortes dentro da ampla diversidade cultural, é lutar pelo respeito à diferença, é enfrentar o desafio para que todos os grupos sociais e culturais sejam respeitados, que haja uma troca de experiências e seus direitos de cidadania garantidos.

A escola tem um papel de fundamental importância nesse sentido, pois é exatamente lá em que as diferentes culturas se encontram, assim, como educadores somos chamados à romper com a visão pequena de "cultura escolar" em estabelecer padrões culturais, que acaba contribuindo mais para a exclusão, do que garantindo uma educação democrática e de qualidade.

Reconhecer as diferenças não é fácil, mas devemos respeita-las e aceita-las, romper com preconceitos e estereótipos sem fundamentação.

[...] Tendemos a uma visão homogeneizadora e estereotipada de nós mesmos, em que nossa identidade cultural é muitas vezes vista como um dado " natural". Desvelar esta realidade e favorecer uma visão dinâmica contextualizada e plural de nossas identidades culturais é fundamental, articulando-se a dimensão pessoal e coletiva destes processos. Ser conscientes de nossos enraizamentos culturais, dos processos de hibridização e de negação e silenciamento de determinados pertencimentos culturais, sendo capazes de reconhecê-los, nomeá-los e trabalha-los constitui um exercício fundamental. (MOREIRA e CANDAU, 2010, p. 26).

Dessa forma, é fundamental que haja um processo de socialização entre os alunos, a troca de experiências, o envolvimento, para que todos se reconheçam, conheçam a origem um do outro, suas raízes culturais, seus contextos de vida, para que não aconteça exclusão e tão menos a negação das identidades culturais, ao contrario, que esses alunos possam refletir e serem capazes de construírem suas próprias identidades do ponto de vista cultural, e também, a partir da valorização das diferenças, da interação entre elas implicará a aproximação entre as experiências culturais e a escola, o desenvolvimento da auto estima, o mal estar por se sentir "um peixe fora d'água", e diminuir o problema da dificuldade de aprendizagem, além da indisciplina e a redução dos preconceitos.

## A CULTURA AFRICANA

A cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, é mais do que um conceito acadêmico. Ela diz respeito às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o mundo, às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social.

Ao ouvir a experiência racial, de negros e negras, numa sociedade racializada é possibilitar transformações, é intervir de maneira intencional nas relações sociais do cotidiano escolar. Uma boa atividade, nesse sentido, pode ser compartilhar com os estudantes as experiências de figuras públicas, canais em que jovens negros discutem as questões raciais, denunciam atos de racismo, dão dicas de beleza negra, divulgam arte marginalizada e crítica.

De acordo com Souza Junior (1995, p. 89):

A cultura negra hoje deve ser assumida como alteridade que cerca a vida das pessoas, por isso deve ser respeitada e reconhecida como distintas visões de mundo e de existência própria, imprescindíveis para compreendermos o processo social, político e cultural do Brasil. O tema dominante da narrativa, no entanto, que lhe dá um valor especial, é a necessidade de cooperação e negociação constantes entre todas as unidades de governo envolvidas na elaboração, financiamento e execução bem-sucedida de um sistema educacional; plano.

É claramente um processo em que habilidade e ideias criativas pode frequentemente desempenhar um papel mais importante - e fazer mais pela educação - do que poder de negociação. Aqueles que desejam olhar além das metodologias estatísticas frias de planejamento educacional para os processos humanos práticos de cooperação e compromisso que dá ao planejamento educacional sua vida real, achará essa conta mais útil.

## OS MOVIMENTOS NEGROS NO MUNDO

O mundo não seria como é hoje sem as figuras que lutaram contra o racismo ao longo da história. Seus sacrifícios pela defesa dos direitos das pessoas excluídas e abusadas em favor de uma sociedade justa e igualitária mudou os passos da humanidade. Mas ainda há um caminho a percorrer. O ódio irracional contra pessoas de outra raça continua a emergir.

Existem muitos outros nomes e figuras que já fizeram história e outros que o farão na luta contra o racismo. Todos eles mudaram a história e muitos deixaram suas vidas nela. A melhor forma de manter seu legado é seguir seu exemplo e reconhecer seu trabalho, dando continuidade ao caminho que traçaram o Mundo.

A miscigenação e os casamentos mistos sugerem a existência no Brasil de relações fluidas entre as raças e, ao contrário dos Estados Unidos ou da África do Sul, não existiam leis especificamente racistas, como a segregação ou as leis do apartheid, ao longo do século XX.

Por essas razões, os brasileiros viam seu país como uma “democracia racial” desde os anos 1930 e até alguns anos atrás. Eles consideravam que o racismo e a discriminação racial eram mínimos ou inexistentes na sociedade brasileira, ao contrário de outras sociedades multirraciais no mundo.

Uma concepção relativamente estreita de discriminação significava que, no passado, apenas manifestações explícitas de racismo ou leis raciais eram consideradas discriminatórias, com o que apenas países como a África do Sul ou os Estados Unidos foram considerados verdadeiramente racistas. Por outro lado, na sociedade brasileira a questão racial não era debatida abertamente, enquanto outras sociedades eram consideradas obcecadas com a raça e as diferenças entre as raças.

Na época da abolição da escravatura, a população do Brasil era predominantemente negra e mulata até a década de 1930, quando o Brasil incentivou a chegada de grande número de imigrantes europeus a fim de obter nova mão de obra.

No contexto do racismo científico então existente, que considerava a população não branca problemática para o desenvolvimento futuro, as autoridades brasileiras incentivavam abertamente a imigração de europeus ao mesmo tempo que impediam a imigração de chineses e africanos. Esperava-se que a crescente população de origem europeia se misturasse à população de cor, "embranquecendo" a população brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em uma sociedade preconceituosa, que pratica a discriminação e atos de racismo frequentemente. O modelo de ser humano é o homem branco, jovem, bom, bonito, inteligente e sucedido, que se denomina cristão, rico e sem deficiência.

Desde o princípio da escravidão o negro nunca teve importância no meio social, principalmente entre os brancos, sempre foi tratado como minoria e com nenhuma importância para o desenvolvimento da sociedade, embora seu trabalho fosse muito importante.

É preciso estimular o respeito e a prática da convivência na diversidade, necessitando analisar cada cultura, sem posicionamento individual quanto a credo, raça ou etnia. A percepção das palavras e conceitos utilizados, muitas vezes, não é percebida como sendo preconceituosa.

A escola, instituição muito importante na construção da identidade de crianças e jovens, vivencia essas relações de poder e no seu interior transparecem os conflitos decorrentes destas relações. As pessoas de ascendência africana enfrentam "uma imagem terrível" da discriminação em moradias, locais de trabalho e na vida cotidiana.

No mercado de trabalho, as pessoas de ascendência africana com um diploma tinham quase duas vezes mais chances de trabalhar em ocupações de baixa qualificação do que a população em geral. Durante séculos, pessoas de ascendência africana que viviam na diáspora africana foram marginalizadas como parte do legado da escravidão e do colonialismo.

Existe um consenso crescente de que o racismo e a discriminação racial fizeram com que as pessoas de ascendência africana fossem relegadas em muitos aspectos da vida pública, sofreram exclusão e pobreza e são frequentemente "invisíveis" nas estatísticas oficiais. Houve progresso, mas a situação persiste, em graus variados, em muitas partes do mundo.

Os fatores que levam à pobreza entre as pessoas de ascendência africana são principalmente estruturais. A discriminação é aparente no acesso desigual que esses grupos têm aos serviços básicos. As pessoas de ascendência africana são frequentemente prejudicadas, por exemplo, no acesso à educação, saúde, mercados, empréstimos e tecnologia.

O exercício pleno dos direitos humanos por pessoas de ascendência africana depende significativamente de seu acesso à educação, que é fundamental para o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


BURKE, Peter; PORTER, Roy (orgs.) Línguas e Jargões: contribuições para uma história social da linguagem. São Paulo: UNESP, 1997.

BRASIL. MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf. Acesso em 1 de junho de 2022.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. 7 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

COHN, Clarice. Antropologia da criança. Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR EDITOR, 2005.

FIGUEIRA, M. V. O preconceito racial na escola. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, 1990.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa, Editora Paz e Terra, são Paulo, 1996.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. O jogo das diferenças: O multiculturalismo e seus contextos, Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Classes, raças e democracia, Editora 34, São Paulo. 2002.

IGREJA, Rebecca. Estado, diferença cultural e políticas multiculturais: uma comparação entre Brasil e México. Tese de doutorado em antropologia social, Universidade de Brasília, Brasília. 2005.

JACCOUD, Luciana. Construindo uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília. 2009.

JACCOUD, Luciana e NATHALIE Beghin. Desigualdades Raciais no Brasil, um balanço da intervenção governamental. Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada, Brasília. 2002.

MACHADO, Marta. "A legislação antirracismo no Brasil e sua aplicação: um caso de insensibilidade do Poder Judiciário?", in Revista Brasileira de Ciências Criminais, vol. 76, pág. 79-105. 2009.

MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte, Autêntica. 2009. MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Belo Horizonte,

Autêntica.2004.

REGO, Tereza Cristina in: AQUINO, Julio Groppa ( org.). Diferenças e Preconceitos na Escola: alternativas teóricas e práticas, Summus editorial, São Paulo, 1998.

RIBEIRO, DJAMILA. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo.

Companhia das letras, 2018.

ROCHA, CARLOS LUIZ. Políticas Afirmativas e Educação: A lei 10639/03 no contexto das Políticas Educacionais no Brasil Contemporâneo. 2006,

14

dissertação mestrado educação e trabalho - Universidade Regional do Paraná, Curitiba, 2006.

SAMPAIO, Giselma. Intolerância religiosa nos espaços escolares. Monografia.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2009.

SILVA, Alberto da Costa e. A Enxada e a Lança: a África antes dos portugueses. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SOUZA JUNIOR, Vilson Caetano de; SILVA, Antônio Aparecido Silva da (Org.). Uma dívida, muitas dívidas: os afro-brasileiros querem receber. São Paulo: Loyola, 1998. p.77-90.